

Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública: Algumas Considerações

Eliza Bartolozzi Ferreira¹

O debate atual sobre a qualidade do ensino busca discutir a organização da instituição educacional no que se refere à sua democratização e, também, em relação à sua eficiência no cumprimento de sua função social. Como já é reconhecido por muitas pesquisas, a gestão democrática da escola pública ainda não se efetivou, enquanto uma prática transformadora das relações autoritárias existentes no campo educacional e são comprovados os altos índices de evasão e reprovação que afetam a realidade educacional brasileira. Essas e outras questões pedagógicas são problemas postos na ordem do dia, e entendemos que, para a obtenção de uma análise mais rigorosa da totalidade que envolve esses problemas, é preciso remeter a análise às dimensões macro e micro da sociedade.

É nessa perspectiva de análise que consideramos fundamental refletir sobre a necessidade de um projeto que oriente o processo de construção de uma qualidade na educação. Este texto tem o objetivo de contribuir para o debate a partir da defesa de um projeto político-pedagógico para a escola pública. Entretanto, não apresentaremos aqui as fases de construção do projeto. Sobre este assunto, consideramos fundamental a leitura do livro coordenado por Veiga (1995). Nosso objetivo, neste texto, é fazer algumas considerações importantes para a efetivação do projeto, como uma contribuição aos educadores em sua organização, pois consideramos o projeto político-pedagógico uma possibilidade de construção do fortalecimento interno das instituições cujo objetivo é o aprimoramento da própria gestão democrática.

Sendo assim, o projeto político-pedagógico, construído coletivamente no interior da instituição educacional, é uma proposta que busca a concretização do trabalho escolar numa visão dialética e de totalidade. O projeto político-pedagógico, a grosso modo, é o planejamento na instituição educacional para a construção da contra-hegemonia. Contudo, para a sua efetivação, é preciso pontuar algumas questões que não significam apenas uma adesão da escola a um modelo de gerenciamento, como nos moldes da qualidade total.

Um projeto político-pedagógico tem como princípio uma definição coletiva e democrática sobre o papel social da instituição educacional, o qual deve partir de uma concepção de sociedade e de homem. Tal concepção deve, então, materializar-se através do conhecimento, do currículo, da administração e do processo de ensino-aprendizagem no interior da instituição.

Então, o espaço institucional público deve aí ser hipertrofiado e valorizado como o *locus* democrático das ações político-pedagógicas de cada indivíduo-cidadão. Ressaltar a prioridade sobre o espaço público não parece uma retórica abstrata, principalmente quando remontamos à sua decadência (e difamação) veiculada atualmente pelo poder hegemônico. É a partir da ampliação do espaço público que

¹Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. Pesquisadora da linha de pesquisa "Estudos sobre política educacional".

definimos uma concepção de sociedade centrada no ser humano com condições concretas de liberdade e de igualdade.

Para tanto, faz-se mister inverter valores que o mundo moderno impôs. Por exemplo, a potencialização do individualismo possessivo (em que um indivíduo tira vantagem no outro nas trocas comerciais e sociais) não condiz com a realidade vivenciada nas instituições públicas que atendem principalmente aos menos privilegiados da sociedade. Só aí já existe uma grande contradição, a desigualdade é a realidade no início e no fim do processo. O projeto político-pedagógico propõe desconstruir a organização do trabalho escolar numa perspectiva de transformação e não de acomodação dos sujeitos à desordem dominante.

Mas a construção do projeto político-pedagógico depende de ações que ultrapassem a própria escola. Para que a instituição educacional seja resgatada, enquanto um *locus* social e democrático, a estrutura organizacional do ensino precisa ser transformada. Citaremos apenas três pontos aqui que interessam diretamente à organização do projeto político-pedagógico: 1º) a valorização profissional do educador; 2º) a ampliação do tempo escolar; 3º) a diminuição dos ordenamentos burocráticos.

A valorização profissional dos educadores é uma questão que não pode ser vista isoladamente do contexto maior do sistema capitalista. A lógica de acumulação do capital, na sociedade tardo-capitalista, vem impossibilitando uma distribuição da riqueza nacional de forma mais democrática. E, ao mesmo tempo que dispensa baixos salários, imprime uma cultura do consumo na sociedade brasileira. Na verdade, a desvalorização profissional provocada pelos governos brasileiros teve como consequência primeira o enfraquecimento da categoria dos educadores que precisou lançar mão de outros mecanismos de sobrevivência. É comum hoje, entre os educadores, a dupla ou tripla jornada de trabalho em diferentes espaços institucionais.

A formação e profissionalização do educador ficou bastante prejudicada na organização social capitalista. A racionalidade liberal e tecnocrática que permeou a história das políticas educacionais no Brasil representou um distanciamento da práxis educacional, provocando uma fragmentação das ações educativas. A proposta de formação de educadores, numa perspectiva transformadora, de resgate da natureza educativa da instituição, coloca o trabalhador, enquanto sujeito histórico, com possibilidades de construir uma sociedade formada por cidadãos. Para tanto, o resgate das dimensões epistemológicas, éticas e políticas do trabalho dos educadores é um desafio colocado no cotidiano escolar.

Tal desafio, vivenciado na cotidianidade da instituição educacional, com os seus ordenamentos burocráticos, pode ser superado a partir de uma práxis coletiva que reflita a ação, ou seja, que procure sempre a relação teoria e prática, pautada no trabalho pedagógico e na sua avaliação.

Nessa perspectiva, é que ressaltamos a importância de discutir o tempo da escola. Essa questão é intrinsecamente ligada à valorização profissional do educador, pois, a partir de um reconhecimento salarial e profissional, a formação do educador depende de um tempo maior no interior da instituição. A divisão social do trabalho, tal como é desenvolvida na escola, fragmenta e limita as potencialidades dos educadores. Uma alternativa para a inversão desse estado de coisas é proporcionar, cotidianamente, momentos de reflexão e de ação coletiva.

Essa alternativa parte do princípio da necessidade de a escola promover o saber pedagógico, tendo como eixo o processo histórico-social. Aí está uma possibilidade de formação de *dirigentes* que participem na construção de políticas,

tendo como base um projeto de sociedade centrado no desenvolvimento do homem, enquanto ser político-social.

Em outros termos, é mediante uma capacidade teórica e epistemológica que o educador, no plano dos processos de ensino, pode apreender os saberes presentes no senso comum do aluno (sujeito que conhece) e que foram construídos a partir de suas práticas sociais, lúdicas e culturais mais amplas. A partir dessa realidade do aluno (que nunca é individual mas, social), o educador poderá organizar e programar, técnica e didaticamente, os diferentes conteúdos e práticas de ensino. Poderíamos sustentar que as dimensões técnica e didática no processo de ensino, para serem efetivas, implicam necessariamente a dimensão teórica e epistemológica e que, sem estas, aquelas podem se constituir em bloqueadoras de processos de conhecimentos previamente construídos pelo aluno. As implicações desta perspectiva para a construção do currículo e a avaliação do conhecimento são inequívocas, tanto técnica como eticamente (Frigotto, 1996, p. 95-96).

Assim, para o atingimento da dialeticidade e complexidade do trabalho educacional, os educadores precisam ter o direito de refletir criticamente a realidade em que atuam, na dimensão macro e micro da sociedade, e daí traduzir sua prática através de fins determinados.

Para tanto, o educador precisa de condições concretas viáveis para realizar seu trabalho e aí incluímos, além da valorização salarial, um espaço garantido para questionar coletivamente a sua prática e revisá-la. Em resumo, podemos destacar três aspectos conseqüentes da extensão da carga horária da escola: profissionais com mais disponibilidade para estudar e acompanhar os educandos, desenvolvimento do trabalho coletivo e a ação pedagógica reflexiva da práxis social.

O último ponto a destacar que interfere na efetivação do projeto político-pedagógico é o excesso de ordenamentos burocráticos que permeiam a instituição. Essa questão está intrinsecamente relacionada com a própria organização do sistema educacional à qual a instituição está ligada. Além disso, e a pedagogia tecnicista comprovou, o controle e a regulamentação das instituições educacionais se deram mediante um acúmulo de papéis e leis que dificultam o trabalho pedagógico. A consequência mais imediata desse processo burocrático é revelada pelo papel do diretor escolar. Na sua grande maioria, o diretor torna-se um agente burocrático do sistema e se distancia progressivamente da natureza pedagógica da instituição. A administração escolar é fundamental no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, porém não pode ser analisada isoladamente de sua natureza pedagógica.

Sendo assim, ressaltamos a importância da participação dos educadores nas formulações da política educacional com perspectivas de alcançar a autonomia da escola. A autonomia da instituição educacional é defendida aqui, enquanto capacidade de reunir o pensar e o fazer, a teoria e a prática no todo dialético; é compreender a unidade dentro das diversidades.

Ao destacar esses pontos que envolvem a construção do projeto político-pedagógico, queremos, na verdade, enfatizar que essa construção envolve um esforço

coletivo do sistema e da escola. Mas, por outro lado, a escola não pode ficar esperando pelas ações do sistema.

O processo de reação às reformas neoconservadoras na educação precisa ser resgatado a partir da gestão democrática nas escolas públicas. A democracia deve ultrapassar o seu aspecto formal e se tornar uma prática de fato. Isso implica o repensar da estrutura de poder na escola. A concretização de democracia implica a definição de critérios transparentes de controle democrático com a garantia do direito à participação de educadores, funcionários administrativos, alunos e pais na definição do trabalho educacional. O projeto político-pedagógico possibilita esse espaço ao aproveitar melhor as potencialidades existentes na comunidade escolar e ao equacionar, de maneira mais coerente, as dificuldades identificadas. Podemos dizer que o projeto político-pedagógico caracteriza uma escola democrática.

Queremos também ressaltar a importância da definição de uma metodologia dialética na construção do projeto político-pedagógico, enquanto caminho para romper com os conjuntos de valores e com as estruturas organizacionais fragmentadas. E, principalmente, porque a dialética é o olhar insistente na realidade em movimento, no seu constante devir. Em oposição à acomodação social, a dialética gera o novo.

Para finalizar, entendemos a construção do projeto político-pedagógico como um desafio para a superação das ambigüidades e como norte para a reflexão-ação das diretrizes para uma educação de qualidade, visando à maioria da população brasileira. Salientamos que esse projeto é uma batalha de grande alcance e que envolve a sociedade como um todo. Por isso, não identificamos uma relação de causalidade entre projeto político-pedagógico e qualidade na educação, mas acreditamos ser uma direção político-cultural que pode possibilitar o conhecimento efetivo do contexto educacional e o domínio dos mecanismos da reprodução global da sociedade em que pretendemos intervir.

Nesse sentido, entendemos que a organização do projeto político-pedagógico não pode ser uma responsabilidade isolada da instituição escolar, mas depende de uma política programática, a partir de uma agenda de mudanças, visando à construção de um sistema nacional de educação, ao resgate do papel da universidade, de uma desburocratização do sindicato, para que possam, coletivamente, na dialeticidade do movimento histórico, construir a qualidade na educação que atenda aos interesses da população majoritária do país.

Referências Bibliográficas

- FRIGOTTO, G. A formação e profissionalização do educador: novos desafios. In: SILVA, T.T, GENTILLI (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE: 1996. p.75-105.
- VEIGA, Ilma P.A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.